



**LEI Nº 1996/2025, DE 23/10/2025**

**“Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde municipal de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.”**

O Vereador Kesley Andrade Silva, APRESENTA à Câmara Municipal de Passa Tempo – MG, o seguinte Projeto de Lei:

O povo do Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** A ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos ofertados pela rede pública de saúde municipal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e operada pelos sistemas de Regulação de Vagas, deverá obrigatoriamente, ser disponibilizada publicamente para amplo acesso da população e órgãos interessados, por meio eletrônico, através de publicação mensal no Diário Eletrônico do Município de Passa Tempo.

**§ 1º.** As filas a serem divulgadas devem contemplar todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades do SUS no âmbito do Município, que constem no banco de dados Regulador do Estado (SUSFácil) e dos demais Sistemas de Regulação dos Municípios, discriminando-se a especialidade para cada modalidade de procedimento, como consultas, exames, cirurgias, terapias, entre outros, incluídas as respectivas justificativas médicas para os procedimentos.

**§ 2º.** Até o dia 10, de cada mês, deverá ocorrer a publicação, de lista atualizada com a ordem de espera.

**§ 3º.** Toda publicação constante do *caput*, somente indicará o número do protocolo, sendo vedada a indicação do nome do paciente.

**Art. 2º.** A ordem de espera deve seguir a anterioridade (ordem cronológica) de inscrição para o atendimento dos pacientes, assegurada a possibilidade de mudança na posição da fila em razão da classificação de risco a ser determinada exclusivamente por autoridade médica e devidamente justificada, atendendo aos critérios previstos nos protocolos de regulação.

**Art. 3º.** A divulgação da ordem de espera deve ser realizada por meio do Diário Eletrônico do Município a ser disponibilizado na internet, sendo assegurada a possibilidade de consulta da fila de maneira presencial nas unidades de saúde, bem como a disponibilização de outros meios que viabilizem o acesso à informação.

**Art. 4º.** As informações divulgadas pelos sistemas de regulação de vagas devem conter no mínimo:

I - Lista de espera, contendo a ordem cronológica de inscrição dos pacientes, com número de protocolo identificador, fornecido no ato da solicitação da consulta, do exame ou do procedimento cirúrgico;







- II - a data e horário do encaminhamento da solicitação para agendamento do procedimento;
- III - o número do cartão do SUS, do solicitante;
- IV - a especificação do tipo de consulta, exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos, discriminados por especialidade;
- V - situação atual da solicitação (aguardando, agendado, realizado ou cancelado);
- VI - a posição que o paciente ocupa na fila de espera;
- VII - o grau de risco do paciente a respectiva justificativa médica;
- VIII - a relação dos pacientes já atendidos e procedimentos realizados no mês referência;
- IX - Previsão de atendimento, sempre que possível.

**§ 1º.** Para fins de atendimento da presente Lei, deverá ser entregue ao paciente ou responsável, no ato da solicitação, um número de protocolo relativo a sua solicitação, de forma sequencial, respeitando-se a ordem cronológica.

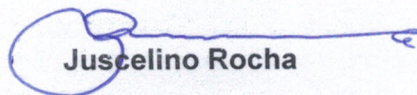
**§ 2º.** A divulgação das informações de que trata esta lei deve observar o direito à privacidade do paciente, as normas previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sendo que a identificação dos pacientes será feita exclusivamente pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS) ou pelo protocolo de atendimento na rede do município.

**Art. 5º.** Para fins de aplicação desta lei, considera-se “rede pública de saúde municipal” como o conjunto de todas as unidades, públicas, filantrópicas e privadas, que atendem o SUS no Município de Passa Tempo.

**Art. 6º.** O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a fiel execução desta lei.

**Art. 7º.** Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Passa Tempo, 23 de outubro de 2025.

  
**Juscelino Rocha**  
**Prefeito Municipal**

